



Uso de tecnologias de informação e comunicação no Brasil: questões sobre a aproximação entre trabalho e lazer ¹

Gabriela Dalila Bezerra RAULINO ²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN)

Resumo

O presente artigo se inscreve nas discussões que pensam a penetrabilidade das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano dos sujeitos, mais especificamente, no campo do trabalho e do lazer. Nesse sentido, nos propomos inicialmente a situar a centralidade das tecnologias de informação e comunicação para o mundo do trabalho, a partir da reestruturação mais recente do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que buscamos apontar alguns aspectos dos usos dessas tecnologias no tempo de lazer. Ao longo deste percurso, tentamos estabelecer relações que indicam que, de certo modo, as implicações dessa apropriação tecnológica transpassa todo o cotidiano do trabalhador, podendo estabelecer novas relações entre tempo de trabalho e tempo livre.

Palavras-chave

Tecnologias; capitalismo; trabalho; lazer.

Introdução

As tecnologias de informação e comunicação estão presentes de modo cada vez mais crescente no cotidiano das pessoas. Em uma primeira análise, essa realidade parece ser consequência apenas da evolução tecnológica que vem proporcionando em níveis acelerados de desenvolvimento a expansão das comunicações móveis e da internet, associados especialmente à denominada convergência digital, que possibilita diferentes conteúdos convergirem para um mesmo suporte, uma vez que a digitalização “empacota” em um único formato de código binário enunciados originalmente pertencentes a categorias semióticas distintas como texto, som e imagem (FRAGOSO, 2006).

Cumprе destacar, no entanto, que essa penetrabilidade das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano, de modo mais geral, ou o fenômeno da convergência, de modo mais específico, transcendem as bases tecnológicas, sendo

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

² Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura, na UFRJ. Docente no curso superior de Tecnologia em Produção Cultural, e no curso superior de Tecnologia em Gestão Desportiva e do Lazer, no IFRN. E-mail: gabriela.raulino@ifrn.edu.br



também, um fenômeno de complexas dimensões mercadológicas, sociais e culturais. Santos (2010) alerta que, embora façam ressalvas, muitos autores que teorizam sobre o assunto (exemplifica Castells, 1996; Pierre Lévy 1999; 2003; Francis Fukuyam, 2000 e Lester Thurow, 2001) terminam por apontar a evolução tecnológica como responsável direta pelo ciclo de convergência das comunicações, desprezando processos com distintos níveis de complexidade que compõem a cíclica reformulação dos produtos e a consequente formação de hábitos de consumo, intrínseca ao capitalismo. Nesse sentido, Primo (2010) lembra que a convergência é um fenômeno que sempre permeou o cenário midiático, mas que as condições socioculturais recentes, resumidas na concepção de cibercultura, justificam a emergência da atenção para a questão da convergência na atualidade. Trata-se na verdade de uma relação recursiva: “As mídias digitais foram criadas a partir de demandas sociais, e fomentam o fortalecimento dos mesmos movimentos coletivos. Em outras palavras, a internet criou tanto a cultura participativa quanto foi por criada por ela” (PRIMO, 2010, p.25).

Partimos, portanto, desse contexto mais amplo no qual se inscrevem as mais recentes transformações articuladas às tecnologias de informação e comunicação. Mais especificamente, tentamos contribuir com as discussões que pensam a penetrabilidade de tais tecnologias ao longo do cotidiano dos sujeitos, implicando em novos usos e relações destas com o trabalho e com o lazer. Nesse sentido, o presente artigo busca, em um primeiro momento, situar a centralidade das tecnologias de informação e comunicação para o mundo do trabalho, a partir da reestruturação mais recente do modo de produção capitalista, tentando apontar algumas implicações desse cenário para os trabalhadores. Em um segundo momento, discutimos alguns aspectos dos usos dessas tecnologias no tempo de lazer o que, muitas vezes, parecem o aproximar do trabalho. Por fim, e ao longo deste breve percurso, tentamos indicar que, de certo modo, as implicações dessa apropriação tecnológica transpassa todo o cotidiano do trabalhador e sugere o estabelecimento de novas relações entre tempo de trabalho e tempo livre.

Tomamos como base para reflexão, além de importantes sistematizações teóricas, dados de uma pesquisa sobre uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil³. Logo, com base nos próprios dados, reconhecemos que a abordagem aqui apresentada não dá conta da totalidade da realidade brasileira, primeiro,

³ Os dados referem-se ao relatório da pesquisa “TIC Domicílios e TIC Empresas 2012”, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). A pesquisa foi desenvolvida entre 1º de setembro de 2012 a 13 de fevereiro de 2013, abrangendo 17.380 entrevistas realizadas com população brasileira com 10 anos ou mais. Documento disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em 01/04/2014.



porque muitos brasileiros continuam sem ter acesso mínimo a tais tecnologias, segundo porque nem todos os perfis de trabalho inseridos no capitalismo lidam diretamente com as tecnologias de informação e comunicação. De acordo com o relatório da pesquisa TIC Domicílios 2012, os computadores (de mesa, portáteis e *tablets*) estão presentes em 46% dos domicílios brasileiros, revelando um crescimento de 21 pontos percentuais entre 2008 e 2012. Esse é o segundo equipamento mais presente nos lares do país, ficando atrás apenas da televisão (98%), do telefone celular (88%) e do rádio (79%). Com relação à internet, o acesso é feito por 49% da população brasileira com 10 anos ou mais, ultrapassando pela primeira vez a proporção de usuários que nunca usaram a rede (45%). Já a proporção de uso da Internet pelo aparelho telefônico nos três meses anteriores à pesquisa é de 24%.

Diante desses dados, a pesquisa aponta a persistente desigualdade no acesso às tecnologias de informação e comunicação, expressa pelas disparidades entre classes sociais, entre as áreas urbanas e rurais e entre as diferentes regiões geográficas do país. As barreiras econômicas predominantes ainda são os custos do computador e dos serviços de conexão à Internet. No entanto, entre aqueles que já são usuários, dados da TIC Domicílios destacam que a frequência de uso vem aumentando de forma substancial (em 2012, 68% dos usuários de computador e 69% dos usuários de Internet são usuários diários), e a adoção intensiva da Internet como parte essencial do cotidiano dos brasileiros vem provocando transformações nos seus hábitos de comunicação e de relacionamento, com destaque para o uso intenso das redes sociais. Os impactos da TIC também se tornam mais evidentes na medida em que há um rápido avanço dos dispositivos móveis no Brasil, como é o caso da quase universalização da posse de aparelhos de telefonia celular pela população, alinhados às tendências internacionais.

Quanto ao uso no ambiente de trabalho, os indicadores sobre a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação (TIC) à disposição das empresas brasileiras com 10 ou mais pessoas ocupadas corroboram que o acesso mais básico a essas tecnologias está praticamente universalizado: 98% das empresas possuem computador e 97% delas acessam a Internet. Celulares, computadores de mesa e computadores portáteis são os principais equipamentos que constituem a infraestrutura de acesso das empresas. Esses dados, por sua vez, não indicam que todos os trabalhadores lidam diretamente com tais tecnologias. De acordo com a referida pesquisa, 45% das pessoas ocupadas nas empresas utilizaram a Internet para fins de trabalho, percentual que se mantém estável em relação a 2011. De maneira geral, essa proporção decresce quanto



maior o porte da empresa: 42% nas pequenas empresas e 37% nas de grande porte. Esse comportamento pode ser reflexo da divisão de trabalho mais estruturada existente nas grandes empresas. “Em geral, empresas de maior porte contam com número mais elevado de funcionários que desenvolvem seu trabalho sem a necessidade do uso de computador, como é o caso dos setores de indústria de transformação e construção” (CGIB, 2012, p.213). Apesar disso, é certo que a apropriação dos usos dessas tecnologias se torna cada vez mais importante para a inserção dos trabalhadores no mercado.

Desse modo, apesar das ponderações sobre os limites do uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil, é certo que há uma tendência à incorporação dessas tecnologias ao cotidiano dos brasileiros, além desta se constituir como questão central do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista, justificando, portanto, os propósitos de discussão do presente artigo.

O trabalho e as tecnologias de informação e comunicação

A informação sempre teve papel fundamental no sistema capitalista, mas se antes ela assumia funções de ideologia e poder, mais recentemente a informação se torna mercadoria e adquire sua forma capitalista até mais adequada para continuar cumprindo aquelas funções anteriores determinadas em níveis mais abstratos de análise (BOLAÑO, 2000). Isso se dá no contexto da transição do regime de acumulação capitalista do tipo “fordista” para o de “acumulação flexível” (HARVEY, 2011), mudanças essas de ordem econômica, política e social que favorecem ao aparecimento de termos como “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”.

A ideia central dessa transição é que no novo projeto empresarial do capitalismo voltado para a flexibilidade das redes, a informação se torna a substância unificadora da organização, sendo responsável por manter a coerência e a vitalidade do sistema, e é exatamente nesse contexto que as tecnologias de informação e comunicação se tornam centrais na operacionalização do sistema capitalista. No novo arranjo do modo de produção capitalista, o acesso e o controle à informação, bem como a capacidade de análise instantânea dos dados tornaram-se essenciais à coordenação centralizada de interesses corporativos descentralizados. Tais tecnologias, portanto, constituem a chave material do sistema, em virtude da sua enorme capacidade de recolher, condensar e sintetizar toda a informação relevante, simplificando as alternativas e adiantando as



decisões. Assim, tarefas antes dispersas em vários trabalhadores e departamentos se integram em uma só pessoa e uma só equipe, de modo que é possível fazer mais com menos recurso e menos tempo. É importante destacar, nesse contexto, que a capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter crucial para sobrevivência corporativa em relação ao que teve sobre fordismo. Em termos de competitividade, o conhecimento – seja da última técnica, do mais novo produto, ou da mais recente descoberta científica – implica a possibilidade de alcançar uma importante vantagem competitiva. Nesse sentido, o próprio saber se torna uma mercadoria-chave, organizadas em bases competitivas, a ser produzida e vendida a quem paga mais (HARVEY, 2011; JÁUREGUI, 1998).

Nesse complexo quadro de mudanças, há uma ressignificação nos tipos de atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. Isso significa que o sistema passa a exigir uma requalificação da classe trabalhadora com uma formação mais elevada, ao mesmo tempo em que enquadram os trabalhos mais voltados para o intelecto e para a criatividade e que, conseqüentemente, tinham alguma autonomia no trabalho. Cria-se, portanto, uma classe trabalhadora distinta do modo produtivo anterior. Essa nova realidade de incorporação em larga escala das tecnologias de informação e comunicação no processo produtivo e nas relações de distribuição e consumo favorece sobremaneira, segundo Bolaño (2003), ao processo duplo de subsunção do trabalho intelectual, inclusive o cultural e artístico, e de intelectualização generalizada dos processos de trabalho convencionais, de modo que as energias que o capital procura extrair do trabalhador são fundamentalmente mentais e cognitivas, e não mais essencialmente físicas. Para o autor, podemos dizer que “as TIC cumprem hoje para a subsunção do trabalho intelectual papel semelhante ao desempenhado pela máquina-ferramenta na Revolução Industrial originária” (BOLAÑO; MATTOS, 2005, P. 69). O autor prossegue afirmando que, em comparação com a primeira e a segunda revolução industrial, são os processos convergentes de subsunção do trabalho intelectual e de intelectualização geral dos processos de trabalho que explicam a essência da atual reestruturação produtiva do capitalismo e, portanto, consistem na característica central do que ele denomina de Terceira Revolução Industrial. Bolaño (2007) lembra que há um movimento secular de aproximação do trabalho intelectual ao modo de produção, mas o desenvolvimento das tecnologias informacionais leva esse movimento a um ponto de



maturação fundamental, justamente pelas condições objetivas de subsunção real do trabalho intelectual no capital de um modo abrangente e profundo.

Mas como tal ordem se sustenta com o “apoio” da sociedade? Apostando na formação do Novo Espírito do Capitalismo a partir dos anos 90, a obra de Boltanski e Chiapello (2009) traz significativas contribuições para compreender como esses princípios capitalistas são legitimados nas práticas sociais. Nesse sentido, os principais pontos de apoio normativos nos quais se respalda o Novo Espírito do Capitalismo, segundo os autores, são as ideias do desenvolvimento de um mundo conexcionista e da formação progressiva de uma cidade por projetos. É importante ressaltar que essa perspectiva das redes, do mundo conexcionista, não está restrita aos âmbitos da gestão empresarial ou a aspectos específicos do âmbito midiático. A metáfora das redes parece caracterizar bem essa nova representação geral das sociedades, uma vez que suas características parecem revelar mudança que atingem a vida social como um todo. Isso reforça ainda mais a ideia do capitalismo enquanto um sistema de reprodução social.

(...) a problemática do elo, da relação, do contato, da ruptura, da perda, do isolamento, da separação como prelúdio para a instauração de novos elos para a formação de novos projetos, e a insistência na tensão perpetuamente reativada entre exigência de autonomia e desejo de garantia, também estão no cerne das atuais mudanças da vida pessoal, das relações de amizade e, sobretudo, familiares (BOLTANSKI, CHIAPELLO, 2009, p.173).

Já a característica mais marcante da chamada cidade por projetos é o desenvolvimento constante de atividades – seja na alçada do trabalho ou do lazer. Os “grandes” no contexto da cidade por projetos, no mundo conexcionista, se caracterizam, pois, por serem autônomos, adaptáveis, polivalentes, flexíveis, capazes de oscilar em situações muito diferentes e ajustar-se a elas. Pressupõe, portanto, exigência de leveza, renúncia à estabilidade, ao enraizamento, ao apego ao local, à garantia oferecida por elos estabelecidos desde longa data. Prefere a autonomia à garantia de emprego. Essa lógica é difundida justamente porque o mercado de trabalho prioriza os regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, sobretudo, no que diz respeito à redução do emprego regular em favor do crescente trabalho em tempo parcial, temporário e subcontratado. A tendência do mercado passa a ser reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando for conveniente – obedecendo justamente à lógica das redes, dos postos de trabalhos mais complexos e multidisciplinares, da flexibilidade dos negócios. Assim, no novo espírito do capitalismo, não predomina a perspectiva das



carreiras e dos crescimentos hierárquicos nas empresas porque a garantia de emprego deixa de ser uma qualidade fundamental. A noção central passa a ser a da empregabilidade, que consiste na capacidade de se distinguir e ser solicitado em diferentes projetos. Cada um, portanto, deve gerir suas competências mobilizáveis e aproveitar as oportunidades de enriquecê-las cada vez mais como trunfos na busca de outros contratos. Essa realidade, portanto, mostra que as mudanças do espírito do capitalismo acompanham, assim, modificações profundas tanto das condições de vida e trabalho, quanto das expectativas dos trabalhadores, atingindo diretamente as garantias dos direitos dos trabalhadores.

Para que todas essas condições se efetivem, a separação radical antes preconizada entre o mundo privado da família e das relações pessoais e, de outro, o mundo das relações profissionais e do trabalho, passa a ser julgada a partir dos anos 90 pelos autores de gestão empresarial como “mutiladora”, no sentido de separar aspectos indissociáveis da vida, “desumana” por não deixar espaço para a afetividade e, ao mesmo tempo, é considerada “ineficaz” por contrariar a flexibilidade e inibir as competências múltiplas que deve ser postas em ação para aprender-se a “viver em rede”.

Num mundo conexcionista, a distinção entre vida privada e vida profissional tende a desvanecer-se sob o efeito de duas mesclas: por um lado, entre as qualidades da pessoa e as propriedades de sua forma de trabalho (indissociavelmente misturadas na noção de competência); por outro lado, entre a posse pessoal – em primeiro plano, a posse de si mesmo – e a propriedade social, consignada na organização. Torna-se então difícil fazer a distinção entre o tempo da vida privada e o tempo da vida profissional, entre jantares com amigos e jantares de negócios, entre elos afetivos e relações úteis, etc. (BOLTANSKI, CHIAPELLO 2009, p.193).

Nesse contexto surge um novo cenário de trabalho, à primeira vista, mais flexível e “poroso”. As atividades muitas vezes tornam-se mais lúdicas e prazerosas com o auxílio das tecnologias de comunicação e informação. Há mais espaço para a criatividade e para as relações pessoais porque as pessoas são demandadas cada vez mais ao emprego de capacidades humanas como relacionamento, disponibilidade, flexibilidade, envolvimento afetivo, engajamento, etc. Para Jáuregui (1998), se isso tem aspectos positivos, também põe em xeque a separação consagrada pelo direito entre trabalho e trabalhador. O que o trabalhador põe em jogo na tarefa depende cada vez mais de capacidades genéricas ou de competências desenvolvidas fora da empresa e por isso mesmo é cada vez menos mensurável em termos de horas de trabalho, o que ocorre



com um número cada vez mais elevado de assalariados. Nesse contexto, Boltanski e Chiapello (2009) questionam sobre quais as garantias de que a integridade das pessoas será respeitada num contexto em que se pede que canalizem todas as suas capacidades para as empresas, inclusive as mais pessoais; não só competências técnicas, mas também criatividade, senso de amizade, emotividade.

Também nesse contexto, se a informatização facilita a vida de muitos trabalhadores, também é acompanhada por um nível mais elevado de pressões psicológicas, com o aumento das exigências de atenção, vigilância, disponibilidade e concentração. Com os novos dispositivos de expressão e resolução de problemas, as pessoas foram muito mais solicitadas do que antes no sentido de mobilizar inteligência, senso de observação e astúcia em proveito da empresa. Isso implica também no maior controle sobre as atividades dos funcionários. A cada vez, o ganho em termos de rapidez, confiabilidade de transmissão e tratamento da informação é acompanhado por um ganho em termos de controle que tende a reduzir os intervalos reais de folga. Além disso, os novos dispositivos garantem o registro de todos os movimentos, com possibilidade de controle em tempo real e a distância (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

Assim, apesar da sedução oferecida por esse novo contexto apresentar, de fato, aspectos benéficos, os efeitos agregados são predominantemente no sentido do enfraquecimento da força de trabalho. Considerando os reflexos desse cenário na vida mais ampla do trabalhador, Jáuregui (1998) considerada como se houvesse uma “familiarização” do trabalho, em detrimento de uma “taylorização” da vida familiar, implicando na reorganização das bases cotidianas da vida econômica e social. Ou seja, a tecnologia influencia em um processo de desequilíbrio e de inversão de papéis entre o trabalho e a família. A “familiarização” do trabalho diz respeito a maior valorização das relações humanas e da socialização no ambiente laboral. Existem largas horas de trabalho, com tempos ineficientes e mortos, mas escondidos por fatores como sociabilidades casuais, que incluem amizades, piadas, fofocas. E para responder a tal contexto, os trabalhadores são requalificados ao trabalho em equipe, a flexibilidade da jornada, à autonomia. Por outro lado, ainda no contexto das tecnologias, a vida familiar tende a se reduzir a comunicações funcionais. O culto à eficiência e à economia, próprios do escritório e da fábrica, invadem as residências. A publicidade investe em produtos e serviços para substituir as mãos, e para proporcionar economia de tempo nas relações humanas. E ao contrário da preparação à mudança que existe no trabalho,



parece haver uma desqualificação dos pais e sua perda de autonomia no seio das famílias, a própria estrutura da família se modifica, crescendo um individualismo coletivo à custa da solidariedade familiar (JÁUREGUI, 1998).

Isso tem a ver também com as mudanças morais relacionadas à percepção e administração do tempo. A moral, antes associada ao asceticismo racional, à responsabilidade e ao saber, passa a ser relacionada à valorização da atividade e ao uso sem desperdício do tempo. Estabilidade passa a ser sinônimo de inação: é preciso fazer alguma coisa, mexer-se e, nesse aspecto, a atividade pessoal ou mesmo lúdica não precisa ser nitidamente distinguida da atividade profissional. A boa administração do tempo livre passa a significar (e as duas coisas estão frequentemente juntas) acesso à informação e acesso ao dinheiro. Desse modo, o tempo não deve ser guardado ou economizado para nada, e sim dedicado à busca de informações sobre os bons projetos. Ou seja, o tempo não é recurso estocável, esse tipo de poupança não pode ficar parado e deve ser reinvestido permanentemente (BOLTANSKI, CHIAPELLO 2009).

As implicações para o lazer

As implicações da inserção em larga escala das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano, de modo mais geral, e no mundo do trabalho, de modo mais específico, têm implicações também no tempo livre dos trabalhadores. Isso porque a comunicação e a informação estão no centro do mesmo processo produtivo capitalista, e que perpassa todas as esferas da vida social. Bolaño (2011a) define bem essa nova realidade ao destacar que “*La misma máquina que nos explota es la máquina con la que nosotros nos divertimos, y a través de la cual nos relacionamos con nuestros semejantes*” (p 07).

Um aspecto importante dessa configuração, é que essa realidade favorece a que o potencial lúdico dos sujeitos desenvolvido nos momentos de lazer (ou seja, para além do trabalho) também sejam “cooptados” por meio de várias estratégias em favor do capital. Autores como Dantas (2012a) e Herscovici (2010), apesar de discordarem em alguns aspectos, investigam esse fenômeno mais especificamente na própria relação capital-trabalho. Mas isso pode ser visto de modo mais simples e superficial a partir de exemplos como propostas de recompensa financeira por número de acessos vídeos no *youtube*, ou pelo desenvolvimento de aplicativos para redes sociais, até remuneração por contribuições em descobertas científicas/tecnológicas mais avançadas como



protótipos de automóveis ou descobertas de jazidas. Ao que parece, os sujeitos, de modos diversos, parecem se tornar mais “ativos” e “produtivos” diante das atividades midiáticas. No cenário atual do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, pessoas desvinculadas de instituições midiáticas podem se tornar, a princípio, também produtoras e difusoras de conteúdos a partir dos seus próprios equipamentos, o que está relacionado com ideias como cultura participativa e web 2.0, e ainda à complexa mudança dos sistemas midiáticos da lógica “irradiativa” das comunicações de massa para o modelo "sob demanda" da lógica das redes. (Isso pode implicar em mais atividade, não necessariamente em mais participação efetiva, como discutiremos à frente).

Nesse contexto, há abordagens “festivas” e outras ponderadas sobre esse potencial participativo dos usuários. Jenkins (2009) indica a constituição de uma “cultura da convergência”, interpretando que a habilidade adquirida no novo modo de se relacionar com as mídias é estendida para nossa relação com o mundo. Isso porque, além das transformações tecnológicas, a convergência abrange também dimensões mercadológicas, culturais e sociais, representando, uma mudança no modo como encaramos nossas relações com a mídia. Para o autor, à medida que os consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos, são alteradas a lógica pela qual a indústria midiática opera sua produção e pela qual se dão as suas formas de consumo e interações sociais, conferindo ao usuário um novo papel participativo e determinante.

Em uma crítica direta a essa abordagem, Primo (2010) vem se dedicando a compreender as estratégias de poder do grande capital midiático e suas formas de cooptação das utopias libertárias da cibercultura, na qual, apesar das faces de resistências, os usuários também são utilizados na própria reinvenção da produção lucrativa das indústrias. Analisando na perspectiva das mudanças na produção de subjetividade contemporânea, a partir dessas novas modalidades de expressão e comunicação, Sibília (2008) também chama atenção para as duas vertentes que envolvem essa nova possibilidade: de um lado, há de fato uma festejada “explosão da criatividade”, abrindo possibilidades antes impensáveis tanto para a invenção, quanto para os contatos e trocas, mas, por outro lado, a nova onda também levou a uma revigorada eficácia na instrumentalização dessas forças vitais que são avidamente capitalizadas a serviço de um mercado. Esse conjunto de experiências levantam



questões como: o lazer tem se tornado mais “produtivo”? Esse contexto oferece oportunidades de trabalho mais lúdicas?

Tangenciando ainda a dimensão participativa das redes, abordagens tomadas como referência, como a de Lévy (1999), levantam questões problemáticas e já bastante criticadas como, “conexão generalizada a todos os indivíduos”, “ciberdemocracia”, participação “dialógica e interativa” e internet como espaço público “desintermediatizado”. Herscovici (2002; 2004) critica a tese do autor em vários aspectos mais voltados para a mídia e sua relação democrática, inclusive sobre constituição de uma nova esfera pública. Também sobre este último aspecto, Bolaño (2010) destaca que a nova esfera pública (no limiar de ser constituída) incorpora o caráter excludente e crítico a esfera pública burguesa clássica, na qual a capacidade de acesso à informação relevante depende justamente dos elementos que organizavam o acesso à esfera pública liberal: poder econômico, político e conhecimento. O autor registra que há de fato um caráter de liberação social pelo modelo de organização da Internet, mas que só tal estrutura tecnológica não proporciona tal possibilidade, uma vez que é preciso ainda o caráter subjetivo relacionado à contra hegemonia (BOLAÑO, 2011a). Nesse contexto, o uso social dessas tecnologias acaba servindo muito mais, na maioria das vezes, ao seu papel como meio de publicidade, daí o exemplo das redes sociais que tem como objetivo principal captar atenção para transformá-la em audiência.

Fora as especificidades dos usos das tecnologias de informação e comunicação no trabalho ou no lazer, reafirmamos que ambas as áreas estão em permanente contato mediadas por essas tecnologias, especialmente no que se refere ao uso da internet, por exemplo. De acordo com o Relatório TIC Domicílios 2012 aponta preferência em três categorias: a maior procura (89% dos acessos) se refere aos usos da rede para a “comunicação” (e-mails, redes sociais, mensagens instantâneas, microblogs, fóruns e listas de discussão). Na sequência, 84 % dos acessos incluem “procura de informações” (busca por produtos e serviços, diversão e entretenimento, viagens, enciclopédias), e em terceiro lugar (80%) estão os acessos para “lazer” (portais, jogos, filmes, vídeos, músicas, jornais e tv online). Os usos relacionados a serviços financeiros apresentam proporções ainda tímidas em relação aos demais. É importante destacar que, dentre as atividades relacionadas à “comunicação”, o relatório aponta que houve um aumento no uso de redes sociais, que cresceu de 70%, em 2011, para 73% dos usuários de Internet em 2012. Por outro lado, há um decréscimo com o envio de mensagens instantâneas e



com o envio de *e-mail*. As atividades relacionadas à educação também vem sendo menos utilizadas desde 2008 (CGIB, 2012, p.171).

Nota-se, com base nos dados, que apesar da pesquisa trazer uma dimensão específica associada ao “lazer”, todas as outras dimensões de uso da internet podem ser desenvolvidas num tempo e/ou intenção de lazer. Ou ao contrario, qualquer uma dessas pode ser vivenciada no tempo de trabalho ou em função deste. Isso reafirma a linha tênue entre essas duas esferas, no que se refere ao uso das novas tecnologias de comunicação e informação. Acreditamos que a tendência à mobilidade, já abordada em outra seção desse artigo, favorece a esse cenário, mas há também o acesso a questões de trabalho no domicílio, bem como o uso pessoal dessas tecnologias no ambiente de trabalho. Sobre esse último aspecto, do relatório TIC Empresas 2012 mostra que a maioria das empresas adota medidas restritivas para o uso que as pessoas ocupadas fazem da Internet dentro do local de trabalho. Conforme os dados, um percentual de 79% das empresas declararam ter orientado de alguma maneira as pessoas ocupadas que usam a Internet no ambiente corporativo, sendo que os percentuais aumentam consideravelmente naquelas de porte médio e grande, passando para 87% e 95%, respectivamente. Além disso, quase metade das empresas monitora os *sites* visitados pelos usuários (45%) e bloqueia o acesso de conteúdos (45%). O percentual quase dobra nas empresas de grande porte, chegando a 80% entre aquelas que monitoram os *sites* visitados e 85% entre as que bloqueiam conteúdo. Em um patamar inferior está o monitoramento do tráfego de dados individual dos usuários da empresa: 36% declaram realizar tal medida. Outros 18% das empresas entrevistadas declararam praticar outras formas de controle ao uso da Internet pelas pessoas ocupadas da empresa e 17% não colocaram em prática nenhuma daquelas medidas elencadas na questão (CGIB, 2012, p.255).

Considerações finais

As articulações aqui expressas tentaram situar a compreensão das relações entre tempo de trabalho e tempo de lazer, considerando o desenvolvimento tecnológico como categoria central desse processo, e suas interseções com reelaborações econômicas e com configurações de determinadas realidades socioculturais. Ao nosso ver, as discussões apontam três aspectos fundamentais nesse contexto:

a) Os usos das tecnologias de informação e comunicação, mais claramente o acesso à internet e suas atividades predominantes (email, redes sociais, mensagens,



pesquisas de informações), permeiam praticamente todo o cotidiano dos sujeitos que as têm acesso, sendo vivenciados tanto no tempo de trabalho, quanto no tempo livre. Em um primeiro momento, esses usos por si só já nos parece constituir um indicador que contribui (subjetiva e objetivamente) na formação de novas delineações entre os tempos sociais, o que precisa ser investigado em maior profundidade.

a) No caso mais específico dos usos das tecnologias de informação e comunicação no trabalho, o novo perfil de atividade laboral e de trabalhador proporciona um contexto de trabalho mais prazeroso, flexível e criativo. Ao nosso ver, os aspectos aparentemente positivos desse cenário parecem aproximar o trabalho do lazer. No entanto, é preciso sempre refletir sobre a possibilidade de aumento de exploração do trabalhador (mudança do perfil, vigilância, disponibilidade).

b) O mesmo acontece em relação ao tempo de lazer. As novas tecnologias de informação e comunicação abrem novas possibilidades, inclusive de maior participação nos canais midiáticos. No entanto, é preciso refletir sobre as apropriações capitalistas desse tempo livre e das atividades nele desenvolvidas, que muitas vezes também parecem está se aproximando do campo trabalho.

Diante do exposto, acreditamos que essas primeiras aproximações dão indícios de um estudo potencial sobre as convergências entre trabalho e lazer, articulada sob os auspícios do capitalismo, explicitando reconfigurações dos tempos sociais e reforçando a tendência de atuação cada vez maior desse sistema sobre a vida dos sujeitos. Assim, nos somamos aos estudos que acreditam que tal realidade carece de processos de desvelamento (ou desmistificação) dos modos de interpretação que naturalizam a crescente penetrabilidade das tecnologias da comunicação e da informação no cotidiano social, olvidando-se as complexas relações que permeiam o contexto social mais amplo no qual essas práticas se estabelecem.

Referências bibliográficas

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Indústria Cultural**: informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

_____. Comunicación y crisis del capitalismo en América Latina. **Revista Quórum Académico**. Vol.8, nº 15, Universidade del Zulia. 2011a, p. 133-146.

_____. ‘Sociedad de la información’: reestructuración capitalista y esfera pública global. **Revista Científica de Información y Comunicación**, 2010, nº 7, p. 35-58.



_____. Trabalho Intelectual, Comunicação e Capitalismo. A reconfiguração do fator subjetivo na atual reestruturação produtiva. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, nº. 11, dez. 2003, p. 53-78.

BOLAÑO, César. Ricardo Siqueira. MATTOS, Fernando Mattos. Conhecimento e informação na atual Reestruturação Produtiva: para uma crítica das teorias da Gestão do Conhecimento. **In: Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO**, Volume III, Covilhã, 2005.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DANTAS, Marcos. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. **Liinc em Revista**, v. 08, p. 283-307, 2012a

_____. **Sistemas e Técnicas de Comunicações** (diversos módulos). 2012. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apresentações em .PPT).

_____. Milionários nada por acaso: capital rentista e apropriação do trabalho artístico nas redes do espetáculo. **Eptic** (UFS), v. XIII, p. 1-30, 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação no Brasil: TIC Domicílios e TIC Empresas 2012**. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://www.cetic.br/publicacoes/2012/tic-domicilios-2012.pdf>>. Acesso em: 01/04/2014.

FRAGOSO, Suely. **Reflexões sobre a convergência midiática**. Líbero, São Paulo, v. viii, n. 15-16, p. 17-21, 2006.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.

HERSCOVICI, Alain. A sociedade da Informação: os mitos da Tecnologia e da Economia. Uma análise em termos de Economia Política. **Eptic On-Line** (UFS), v. 4, n.1, 2002.

_____. Ciência, Tecnologia, moeda e Comunicação: algumas reflexões a partir das categorias de Marx. **Eptic On-Line** (UFS), v. 6, n.2, 2004.

_____. Tecnologias da Infomação e da Comunicação, modificação do espaço público e novas articulações entre o público e o privado. **Eptic On-Line** (UFS), v. 2, n.n.2, 2003.

JÁUREGUI, Ramón; EGEEA, Francisco; PUERTA, Javier. El tempo pervertido. Crisis familiar, descomposición social y cultura virtual. **In: El tempo que vivimos y el reparto del trabajo**. Paidós: Barcelona, 1998, p.361 – 398.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Editora Aleph, 2009.



LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

PRIMO, Alex. Crítica da cultura da convergência: participação ou cooptação. In: Elizabeth Bastos Duarte, Maria Lília Dias de Castro (Org.). **Convergências Midiáticas: produção ficcional - RBS TV**. Porto Alegre: Sulina, 2010, p. 21-31.

ROJEK, Chris. **Decentring Leisure: Rethinking Leisure Theory**. London: Sage Publications, 1995.

_____. **Leisure Theory: Principles and Practices**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

SANTOS, Suzy. A volta dos que não foram: a pesquisa crítica nas análises sobre novas tecnologias da comunicação. **Revista Passagens**, v. 1, p. 72-89, 2010.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.